

# Saldo global estabiliza em novembro face ao mês anterior

---

- 1. O saldo global, em contabilidade pública e ajustado do efeito da integração do FPCGD, foi de 6.387 milhões de euros**
  - 2. O aumento da receita reflete a resiliência do mercado de trabalho ao longo do ano, destacando-se a manutenção da subida das contribuições sociais.**
  - 3. Do lado da despesa destaca-se o aumento das prestações sociais a cargo da Segurança Social, das despesas com pessoal e da aquisição de bens e serviços.**
- 

## **SALDO ORÇAMENTAL AJUSTADO ASCENDE A 6.387 MILHÕES DE EUROS**

As Administrações Públicas registaram, na ótica da contabilidade pública, um saldo orçamental ajustado<sup>1</sup> de 6.387 milhões de euros até novembro (+172 milhões de euros face a outubro e +4.306 milhões de euros face ao mesmo mês de 2022).

Em termos homólogos, a variação reflete:

- Uma melhoria da receita efetiva de 10,4%, em termos ajustados<sup>1</sup> – em grande parte fruto da resiliência do mercado de trabalho (+14,7% de IRS e +10,7% de Contribuições Sociais);
- Um aumento da despesa efetiva de 5,8%, que passa para 8% se ajustado do efeito das medidas Covid-19 e do impacto do choque geopolítico.

O impacto das medidas associadas ao choque geopolítico ascendeu, até novembro, a 2.661 milhões de euros. Deste montante, 1.155 milhões de euros são medidas com impacto no lado da despesa, de onde se destaca o apoio extraordinário às famílias mais vulneráveis, incluindo o apoio para crianças e jovens e o apoio a setores de produção agrícola. Do lado da receita sublinha-se um impacto de cerca de 1.507 milhões de euros, com destaque para medidas de redução de tributação sobre combustíveis e alimentos.

---

<sup>1</sup> Ajustado do efeito da integração do Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos

## Quadro 1 - Conta Consolidada das Administrações Públicas

Período: janeiro a novembro

	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada	
	2022	2023	Absoluta	Relativa (%)
<b>Receita corrente</b>	<b>89 741</b>	<b>98 305</b>	<b>8 564</b>	<b>9,5</b>
<i>do qual:</i>				
Receita fiscal	53 217	58 299	5 083	9,6
Contribuições de Segurança Social	23 348	25 844	2 496	10,7
<b>Receita de capital</b>	<b>2 056</b>	<b>6 046</b>	<b>3 989</b>	<b>194,0</b>
Transferências de capital	1 811	5 784	3 973	219,4
<b>Receita efetiva</b>	<b>91 797</b>	<b>104 351</b>	<b>12 553</b>	<b>13,7</b>
<b>Receita efetiva ajustada FPCGD</b>	<b>91 797</b>	<b>101 333</b>	<b>9 535</b>	<b>10,4</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>83 214</b>	<b>87 336</b>	<b>4 122</b>	<b>5,0</b>
<i>do qual:</i>				
Despesas com o pessoal	22 010	23 698	1 688	7,7
Aquisição de bens e serviços	12 777	13 599	822	6,4
Juros e outros encargos	6 346	6 437	91	1,4
Transferências correntes	39 572	41 377	1 805	4,6
Subsídios	1 740	1 672	-68	-3,9
<b>Despesa de capital</b>	<b>6 502</b>	<b>7 609</b>	<b>1 107</b>	<b>17,0</b>
<i>do qual:</i>				
Investimentos	5 237	5 685	448	8,6
<b>Despesa efetiva</b>	<b>89 717</b>	<b>94 945</b>	<b>5 229</b>	<b>5,8</b>
<b>Saldo global</b>	<b>2 081</b>	<b>9 405</b>	<b>7 325</b>	
<b>Saldo global ajustado FPCGD</b>	<b>2 081</b>	<b>6 387</b>	<b>4 306</b>	
Por memória:				
Despesa primária sem medidas COVID-19 e Impacto Geopolítico	79 970	86 766	6 796	8,5
Despesa primária	83 371	88 508	5 138	6,2

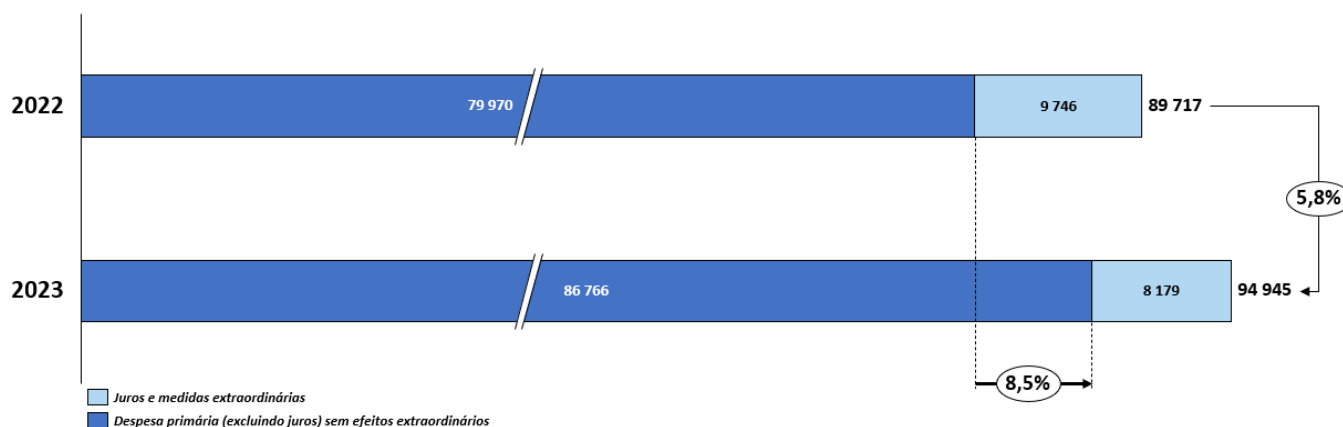
### RECEITA FISCAL E CONTRIBUTIVA CRESCE

Até novembro, a receita fiscal aumentou 9,6% em termos homólogos, influenciada pelo crescimento dos impostos diretos (+12,1%) e indiretos (7,4%). A receita contributiva continua a espelhar as boas dinâmicas verificadas no mercado de trabalho, aumentando 10,7% face ao mesmo período do ano anterior.

### DESPESA PRIMÁRIA SEM MEDIDAS EXTRAORDINÁRIAS SOBE

Excluindo medidas extraordinárias (medidas Covid-19 e de mitigação de choque geopolítico), a despesa efetiva cresceu 8%, enquanto a despesa primária (excluindo juros) aumentou 8,5% em termos homólogos.

Gráfico 1 – Despesa efetiva e primária



O acréscimo na despesa até novembro face ao período homólogo continua a ser impulsionado pelos salários, aquisição de bens e serviços, investimento e prestações sociais:

- As despesas com pessoal aumentaram 7,7%, refletindo as atualizações transversais remuneratórias dos trabalhadores das Administrações Públicas, o impacto do aumento da remuneração mínima mensal garantida e o aumento do subsídio de refeição. Neste âmbito, destaca-se o contributo dos salários do SNS (+8,3%) e da PSP e GNR (+8,6%).
- A despesa com aquisição de bens e serviços aumentou 6,4%, acelerando face ao mês anterior, destacando-se a evolução no Ensino Superior (+22,6%) e na Administração Local (+13,5%). Excluindo o efeito base de medidas Covid-19 cresceu 12,7%.
- A despesa com investimento na Administração Central e Segurança Social cresceu 11,3%, excluindo PPP, influenciada pelo efeito base da execução em 2022 da Universalização da Escola Digital, sem o qual o acréscimo seria de 26,3%. Para esta subida concorreu o aumento do investimento no Metro do Porto (+136,6%), na Ferrovia (+34,2%) e nas Instituições de Ensino Superior (+67,7%).
- A despesa com prestações sociais cresceu 14,6% (excluindo pensões, medidas Covid e extraordinárias de apoio às famílias e prestações de desemprego), refletindo, em grande medida, a atualização do IAS e as valorizações remuneratórias. Destaca-se o aumento da despesa com o subsídio familiar a crianças e jovens (+21,9%), a prestação social para a inclusão (+25,3%), o complemento solidário para idosos (+17,5%) e ainda o pagamento do apoio à renda (até novembro ultrapassou os 245 milhões de euros). Importa também destacar que a despesa com pensões aumenta 3,7% até novembro, encontrando-se influenciada pelo pagamento do complemento excecional a pensionistas em 2022 (sem o qual aumentaria 7,8%).